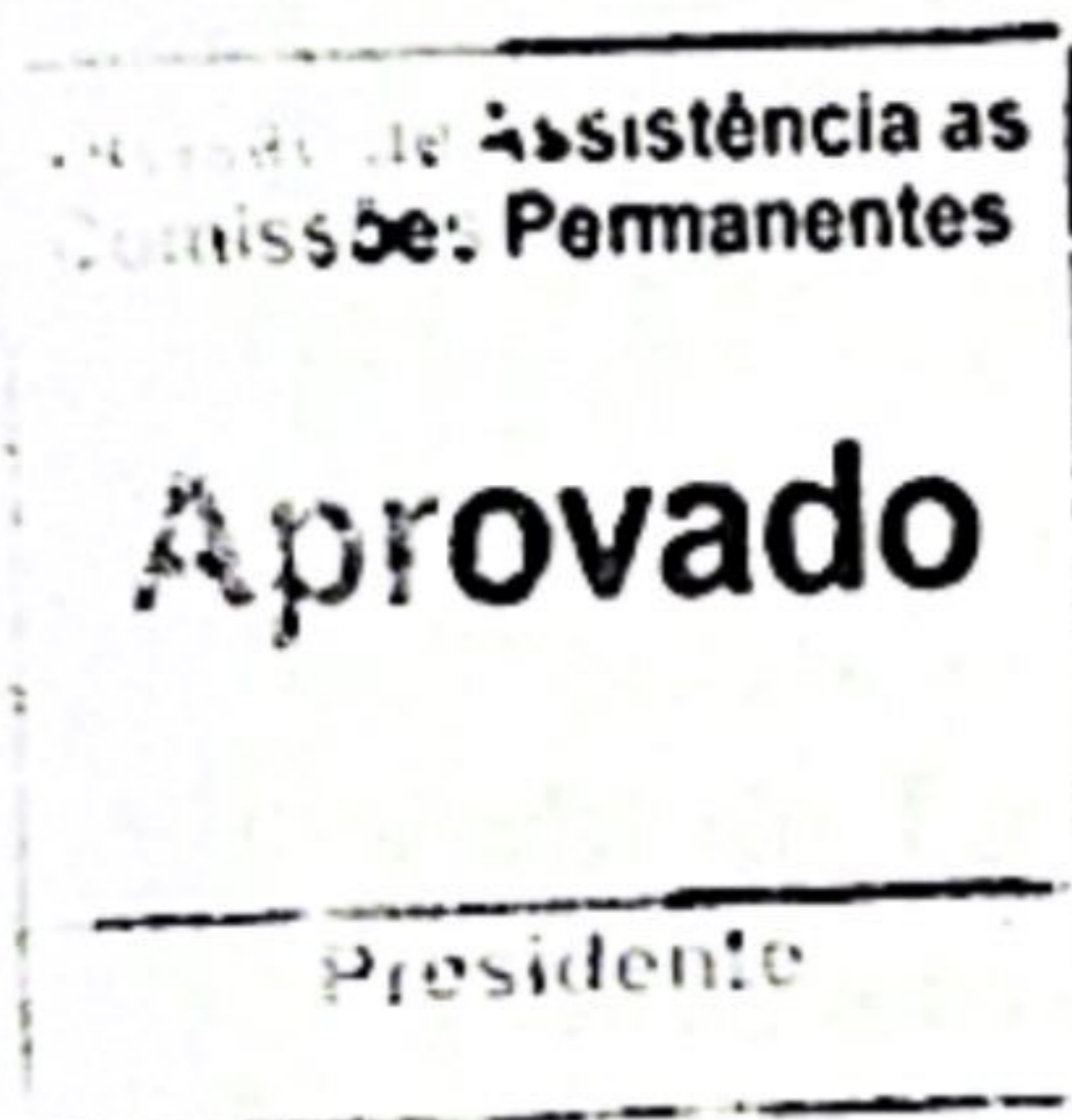




ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
"Casa de Eptácio Pessoa"
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

Às treze horas do dia onze de novembro de 2025, no Plenário José Mariz da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do deputado João Gonçalves, realizou-se a 20ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Estiveram presentes, além do presidente, os seguintes membros titulares: as deputadas Camila Toscano, Danielle do Vale e Sílvia Benjamim, e o deputado Dr. Taciano Diniz, como membro suplente. Não compareceram à reunião os deputados Felipe Leitão, Chico Mendes e Wallber Virgolino. "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano", o presidente declarou aberta a reunião e convidou a deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos. Em seguida, foi concedida a palavra à deputada para que fossem lidos o expediente e o ato de convocação da reunião, publicado em 10 de novembro de 2025, bem como lida a ata da 19ª reunião ordinária da CCJR, ocorrida em 04 de novembro de 2025. O presidente colocou a ata em discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade, sem restrições ou discussões. Após tais procedimentos e registros, o presidente solicitou à secretária a leitura dos itens da pauta, ocasião em que os membros da Comissão apreciaram as seguintes matérias: A. Matérias prejudicadas. Na oportunidade, para fins de registro em ata, a secretária dos trabalhos leu o número e a autoria dos seguintes itens: Projeto de Lei nº 1.856/2024 – do deputado João Gonçalves



de lei ordinária que reconhece de utilidade pública estadual o Instituto “Investindo no Futuro” e dá outras providências. Relatora: deputada Camila Toscano. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Projeto de Lei nº 5.640/2025 - do deputado Tanilson Soares - reconhece de utilidade pública a “ONG Defesa Animal – PB” e adota outras providências. Relatora: deputada Camila Toscano. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Projeto de Lei nº 5.689/2025 - do deputado Tanilson Soares - reconhece de utilidade pública o Centro Tecnológico e Esportivo de Luta Educacional e Social (CTELLES). Relatora: deputada Camila Toscano. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Após isso, foram incluídas as seguintes matérias, apreciadas e votadas em bloco: Projeto de Lei nº 5.537/2025 - do deputado Luciano Cartaxo - reconhece de utilidade pública a Ação Social Paróquia Santana de Souza. Relatora: deputada Camila Toscano. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria, aprovado por unanimidade e sem discussão. Projeto de Lei nº 5.033/2025 - do deputado Tovar - reconhece de utilidade pública a Fundação Bertina Brito. Relatora: deputada Camila Toscano. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria, aprovado por unanimidade e sem discussão. Projeto de Lei nº 5.655/2025 - do deputado João Gonçalves - declara de utilidade pública estadual a Associação Flor do Sertão, pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, e dá outras providências correlatas. Relatora: deputada Camila Toscano. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria, aprovado por unanimidade e sem discussão. Item C - Vetos nº: Veto nº 250/2025 - do Governador do Estado - veto total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.906/2024 - do deputado Anderson Monteiro - que institui o Programa Alimentação Inclusiva em todos os hospitais da rede pública e privada do Estado da Paraíba. Relator substituto: deputado João Gonçalves, pela manutenção do veto. Parecer aprovado por unanimidade e sem discussão. Veto nº 251/2025 - do Governador do Estado - veto total por inconstitucionalidade e por contrariar o interesse público ao Projeto de Lei nº 3.514/2024 - do deputado Delegado Wallber Virgolino - que institui o Programa Estadual de Assistência a Medicamentos de Alto Custo (PEAMAC) no Estado da Paraíba e dá outras providências. Relatora substituta: deputada Danielle do Vale, pela manutenção do veto. Parecer aprovado por unanimidade e sem discussão. Veto nº 252/2025 - do Governador do Estado - veto total por inconstitucionalidade e por contrariar o interesse público ao Projeto de Lei nº 3.661/2025 - do deputado George Morais - que institui a ampliação do atendimento de urgência e emergência nas regiões mais carentes do Estado da Paraíba. Relatora substituta: deputada Danielle do Vale, pela manutenção total do veto. Parecer aprovado por unanimidade e sem



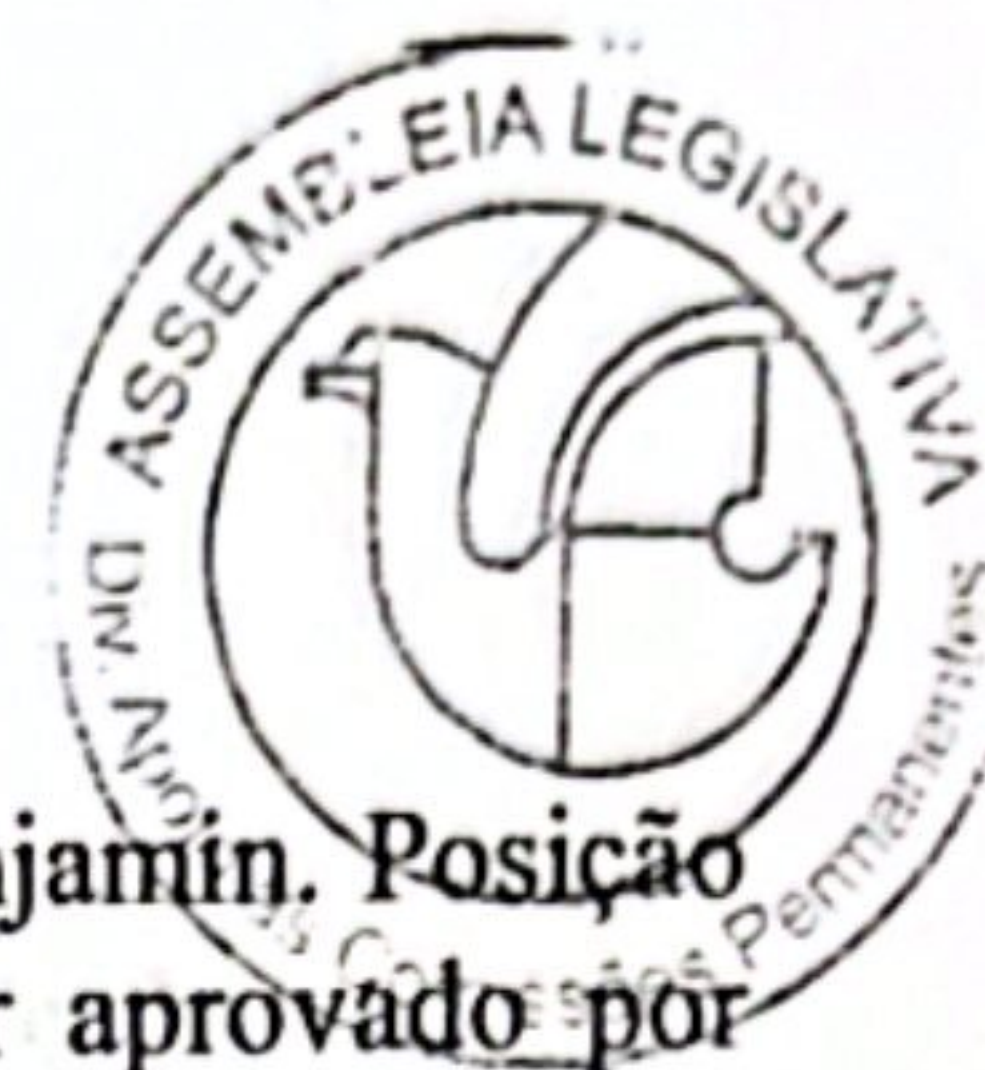
discussão. Veto nº 253/2025 - do Governador do Estado - veto total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 3.712/2025 - do deputado Sargento Neto - que cria o Selo de Qualidade Solidária para empresas do setor de supermercados e abastecimento alimentar que realizarem doação de produtos próximos ao vencimento a instituições sociais e dá outras providências. Relatora: deputada Danielle do Vale. Posição da consultoria: pela manutenção do veto. Parecer aprovado sem discussão e por maioria, com voto contrário da deputada Camila Toscano. Veto nº 254/2025 - do Governador do Estado - veto total por inconstitucionalidade e por contrariar o interesse público ao Projeto de Lei nº 4.219/2025 - do deputado Sargento Neto - que institui, no âmbito do Estado da Paraíba, diretrizes para a efetivação da Política de Bem-estar Social dos Veteranos da Polícia Militar e dá outras providências. Relatora: deputada Sílvia Benjamim, pela manutenção do veto. Parecer aprovado sem discussão e por maioria, com voto contrário da deputada Camila Toscano. Veto nº 255/2025 - do Governador do Estado - veto parcial por inconstitucionalidade e por contrariar o interesse público ao Projeto de Lei nº 3.606/2025 - da deputada Danielle do Vale - que institui a Política Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Saúde da Mulher no Climatério e na Menopausa, no Estado da Paraíba, e dá outras providências. Relatora: deputada Sílvia Benjamim. Posição da consultoria: pela manutenção do veto. Parecer aprovado por unanimidade e sem discussão. Veto nº 256/2025 - do Governador do Estado - veto parcial por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.400/2023 - do deputado Luciano Cartaxo - que dispõe sobre a Campanha Educativa Permanente acerca da Educação Financeira para Pessoa Idosa no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Relator: deputado João Gonçalves. Posição da consultoria: pela manutenção do veto. Parecer aprovado por unanimidade e sem discussão. Veto nº 257/2025 - do Governador do Estado - veto parcial por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 3.594/2025 - do deputado Adriano Galdino - que institui a Política Estadual de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência no Estado da Paraíba. Relatora: deputada Danielle do Vale. Posição da consultoria: pela rejeição do veto. Parecer aprovado por unanimidade e sem discussão. Item D - Projetos de Lei de Título de Cidadania Paraibana: Projeto de Lei nº 4.985/2025 - do deputado Luciano Cartaxo - concede o título de cidadão paraibano ao senhor Boisbaudran de Oliveira Imperiano e dá outras providências. Relatora: deputada Camila Toscano. Posição da consultoria: pela constitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade e sem discussão. Projeto de Lei nº 5.007/2025 - do deputado Luciano Cartaxo - concede o título de cidadão paraibano ao doutor Roberto Mendes dos Santos. Relatora: deputada Camila Toscano. Posição da consultoria: pela constitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por



unanimidade e sem discussão. Item E - Projetos de Lei Ordinária: Projeto de Lei nº 1.171/2023 - do deputado Wilson Filho - obriga a utilização de biometria facial para acesso aos locais destinados às torcidas organizadas nos estádios de futebol do Estado da Paraíba e dá outras providências. Relatora substituta: deputada Danielle do Vale, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 1.867/2024 - do deputado Delegado Wallber Virgolino - dispõe sobre a instituição do Piso Estadual para o profissional de segurança privada (Vigilante) no Estado da Paraíba e dá outras providências. Relator: deputado João Gonçalves, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela inconstitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 1.869/2024 - do deputado Delegado Wallber Virgolino - dispõe sobre a criação de programa estadual para diagnóstico e tratamento da linfedema no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Relatora substituta: deputada Danielle do Vale, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela inconstitucionalidade foi aprovado por maioria, com votos contrários dos deputados Dr. Taciano Diniz e Camila Toscano. Projeto de Lei nº 1.873/2024 - do deputado Delegado Wallber Virgolino - cria a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado da Paraíba. Relatora: deputada Danielle do Vale, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 1.939/2024 - do deputado Eduardo Carneiro - estabelece diretrizes para a promoção da conscientização sobre o lúpus eritematoso sistêmico (LES) e dá outras providências. Relatora: deputada Sílvia Benjamim, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria, com emenda supressiva. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 1.945/2024 - do deputado Dr. Romualdo - dispõe sobre a confecção e apresentação de plano de gerenciamento de resíduos sólidos para a realização de eventos de grande porte no Estado da Paraíba. Relatora: deputada Sílvia Benjamim, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela inconstitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 1.972/2024 - do deputado Eduardo Carneiro - institui a criação do Sistema Estadual de Informações sobre Síndromes e Doenças Raras e dá outras providências. Relatora: deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria.



Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela inconstitucionalidade foi aprovado por maioria, com voto contrário do deputado Dr. Taciano Diniz. Projeto de Lei nº 1.974/2024 - do deputado Eduardo Carneiro - cria o Cadastro Estadual de Pessoas com Parkinson e institui a notificação de novo diagnóstico. Relatora: deputada Danielle do Vale, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela inconstitucionalidade foi aprovado por maioria, com votos contrários dos deputados Dr. Taciano Diniz e Camila Toscano. Projeto de Lei nº 2.484/2024 - da deputada Danielle do Vale - institui o Protocolo de Proteção ao Consumidor nos casos de pagamento de produto ou serviço em duplicidade no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Relator: deputado João Gonçalves. Posição da consultoria: pela inconstitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por maioria, com voto contrário da deputada Camila Toscano. Projeto de Lei nº 2.489/2024 - da deputada Danielle do Vale - institui a Semana de Conscientização do Uso do Filtro Solar e da Divulgação das Doenças Causadas pela Exposição Excessiva ao Sol no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Relatora: deputada Sílvia Benjamin. Posição da consultoria: pela constitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 2.816/2024 - do deputado Caio Roberto - altera a Lei nº 7.486, de 1º de dezembro de 2003. Retirado de pauta em virtude do pedido de vista do deputado João Gonçalves. Projeto de Lei nº 2.879/2024 - do deputado Anderson Monteiro - dispõe sobre a obrigatoriedade de estruturas acessíveis a pessoas com deficiência em inaugurações públicas no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Relatora substituta: deputada Danielle do Vale. Posição da consultoria: pela inconstitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por maioria, com votos contrários dos deputados Dr. Taciano Diniz e Camila Toscano. Projeto de Lei nº 3.048/2024 - do deputado Jutay Meneses - altera o art. 1º da Lei Estadual nº 10.498, de 7 de agosto de. Retirado de pauta em virtude do pedido de vista da deputada Camila Toscano. Projeto de Lei nº 3.098/2024 - da deputada Dra. Jane Panta - proíbe a prática de nudez e atos impróprios no âmbito das instituições de ensino do Estado da Paraíba. Relatora substituta: deputada Danielle do Vale. Posição da consultoria: pela inconstitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 3.102/2024 - da deputada Dra. Jane Panta - proíbe a veiculação, transmissão e compartilhamento de cenas de violência contra a mulher no Estado da Paraíba. Relatora: deputada Camila Toscano. Posição da consultoria: pela constitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 3.103/2024 - da deputada Dra. Jane Panta - institui a obrigatoriedade da realização de exame de ultrassom morfológico no pré-natal e dá outras providências relativas às pessoas com mielomeningocele



no âmbito do Estado da Paraíba. Relatora: deputada Sílvia Benjamin. Posição da consultoria: pela inconstitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 3.123/2024 - do deputado Jutay Menezes - estabelece diretrizes para a instalação do Hospital Geral da Pessoa Idosa no Estado da Paraíba. Relatora substituta: deputada Camila Toscano. Posição da consultoria: pela inconstitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 3.231/2024 - do deputado Inácio Falcão - dispõe sobre a implantação do projeto educacional Jovem Trabalhador e dá outras providências. Relator substituto: deputado Dr. Taciano Diniz. Posição da consultoria: pela constitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 3.234/2024 - do deputado Inácio Falcão - institui o Dia do Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios no Estado da Paraíba. Relator substituto: deputado Dr. Taciano Diniz. Posição da consultoria: pela constitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 3.371/2024 - do deputado Anderson Monteiro - estabelece diretrizes para a implementação de um conjunto integrado de ações destinadas a conferir assistência e proteção jurídica, psicológica e socioeconômica às mães de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no Estado da Paraíba. Relator: deputado João Gonçalves. Posição da consultoria: pela inconstitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 3.730/2025 - do deputado Caio Roberto - Lei Estadual de Incentivo à Contratação de Nutricionistas por Academias de Ginástica. Relatora: deputada Danielle do Vale. Posição da consultoria: pela inconstitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 3.733/2025 - do deputado Caio Roberto - Lei Estadual de Incentivo à Formalização e Empreendedorismo para Personal Trainers. Relatora: deputada Sílvia Benjamin. Posição da consultoria: pela constitucionalidade da matéria, com emenda substitutiva. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 3.750/2025 - do deputado Dr. Romualdo - dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, nascimento de filho, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção, e para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo no Estado da Paraíba. Relatora substituta: deputada Danielle do Vale. Posição da consultoria: pela inconstitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 3.751/2025 - do deputado Galego Souza - dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação à Assembleia Legislativa da Paraíba quando houver abertura de inquérito civil ou criminal, acordo de não persecução, termo de ajustamento de conduta ou denúncia envolvendo autoridades. Relatora substituta: deputada Camila Toscano. Posição da consultoria: pela inconstitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por



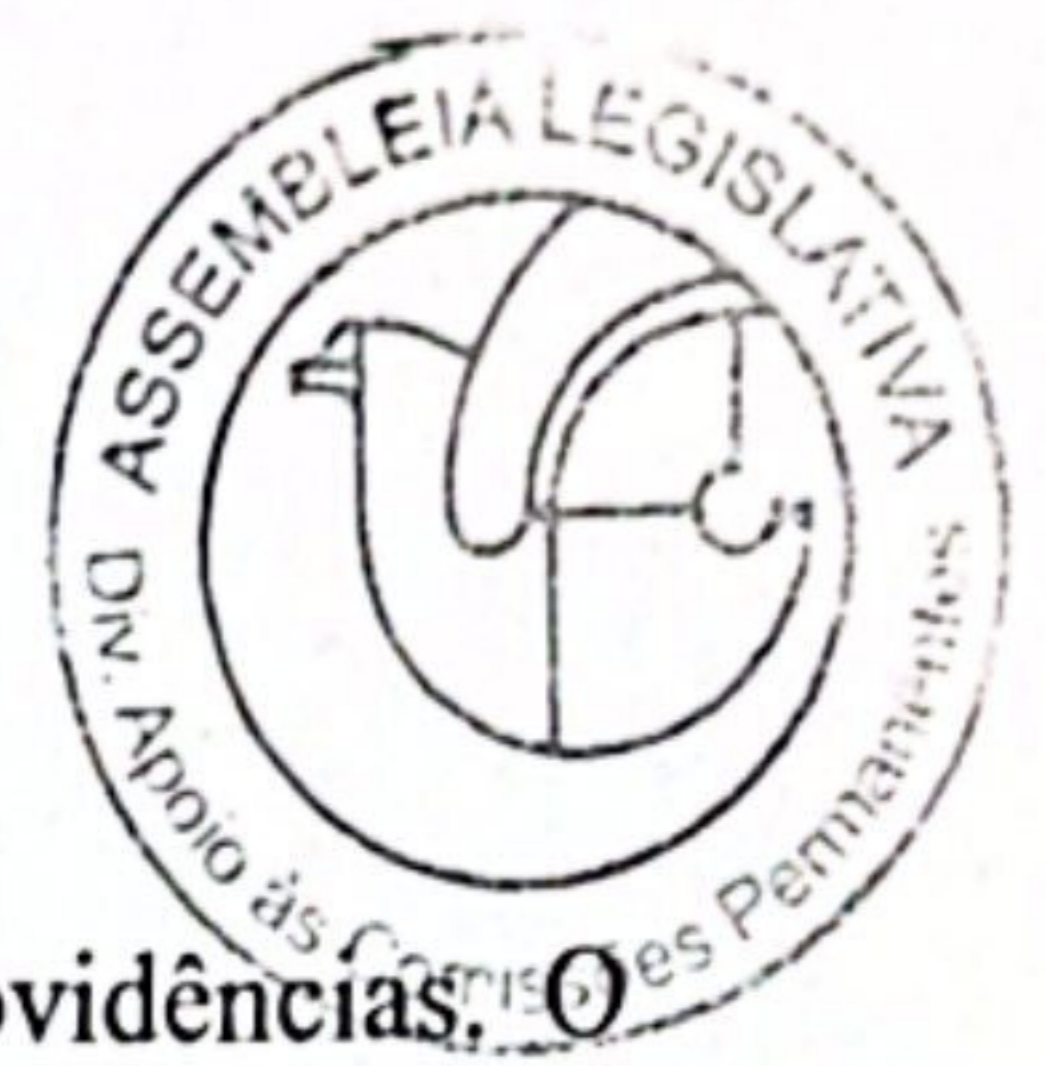
unanimidade. Projeto de Lei nº 3.758/2025 - do deputado Galego Souza - institui o Programa Saúde Itinerante para Pessoa Idosa no âmbito do Estado da Paraíba. Relatora substituta: deputada Camila Toscano. Posição da consultoria: pela inconstitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 3.837/2025 - da deputada Francisca Motta - dispõe sobre o estabelecimento de linha direta para denúncia de inacessibilidade ou inadequação de acesso aos órgãos, espaços e equipamentos públicos para pessoas com deficiência física no Estado da Paraíba, e dá outras providências. Relatora: deputada Daniele do Vale. Posição da consultoria: pela constitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 3.838/2025 - da deputada Francisca Motta - dispõe sobre o Programa de Capacitação e Inclusão Social das famílias com pessoas com deficiência auditiva no Estado da Paraíba, sob a perspectiva da Lei Federal nº 13.146/2011, e dá outras providências. Relatora substituta: deputada Camila Toscano. Posição da consultoria: pela inconstitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 4.092/2025 - do deputado Michel Henrique - dispõe sobre a estadualização do trecho da estrada municipal que se inicia na PB-306, nas imediações do Sítio Alto Grande, até a Vila Dalmópolis, no Município de Juru/PB, e dá outras providências. Retirado de pauta em virtude do pedido de vista do deputado João Gonçalves. Projeto de Lei nº 4.153/2025 - do deputado Branco Mendes - dispõe sobre a instalação de placas de balneabilidade nas praias com código QR Code no Estado da Paraíba, e dá outras providências. Relatora substituta: deputada Daniele do Vale. Posição da consultoria: pela inconstitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 4.253/2025 - do deputado Michel Henrique - dispõe sobre a política estadual de inserção de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem recém-formados no mercado de trabalho no âmbito do Estado da Paraíba. Relatora substituta: deputada Daniele do Vale. Posição da consultoria: pela inconstitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 4.369/2025 - do deputado Gilbertinho - dispõe sobre a obrigatoriedade da oferta de cursos de capacitação em empatia, comunicação e humanização do atendimento para profissionais da saúde que atuam em unidades de oncologia da rede pública e privada de saúde. Relatora: deputada Sílvia Benjamin. Posição da consultoria: pela inconstitucionalidade da matéria. Parecer aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 4.486/2025 - do deputado Gilbertinho - Institui o programa "Escola sem ruído", com diretrizes para o controle de poluição sonora e salas de descanso acústico nas escolas públicas do Estado da Paraíba, e dá outras providências. O projeto de lei teve como relatora substituta a deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria, com emenda supressiva. Em



discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 4.645/2025 - do deputado George Morais - Institui a Política Estadual de Divulgação de livros de autores paraibanos nas escolas do Estado da Paraíba e dá outras providências. O projeto de lei teve como relatora a deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 4.685/2025 - do deputado Tovar Correia - Dispõe sobre a inclusão de conteúdos referentes à história dos municípios paraibanos no currículo das escolas da rede estadual de ensino da Paraíba. O projeto de lei teve como relator o deputado João Gonçalves, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela inconstitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 4.697/2025 - do deputado Adriano Galdino - Institui o Programa Estadual de Incentivo à Instalação de bicicletários em terminais de transporte coletivo e prédios públicos no Estado da Paraíba, e dá outras providências. O projeto de lei teve como relatora a deputada Sílvia Benjamin, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 4.724/2025 - do deputado Tovar Correia - Declara a música "Sou de Serra Branca, Sou do Cariri", do poeta Patrocínio Ferreira, como hino popular extraoficial da cidade de Serra Branca. O projeto de lei teve como relatora substituta a deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 4.810/2025 - do deputado Luciano Cartaxo - Dispõe sobre a proteção dos direitos dos trabalhadores terceirizados que prestam serviços nos órgãos e empresas públicas do Estado da Paraíba, estabelecendo que a devolução à empresa contratada somente ocorrerá mediante justa causa, e dá outras providências. Projeto retirado de pauta em virtude de um pedido de vista. Projeto de Lei nº 4.813/2025 - da deputada Camila Toscano - Assegura às crianças nascidas com doenças raras, nos hospitais e maternidades da rede pública e privada do Estado da Paraíba, o direito à leito separado das demais crianças, e dá outras providências. O projeto de lei teve como relatora substituta a deputada Sílvia Benjamin, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 4.968/2025 - do deputado Félix Araújo - Institui a Política Estadual de Incentivo às Artes Visuais na Educação Básica, no âmbito

da rede pública de ensino da Paraíba, e dá outras providências. O projeto de lei teve como relatora substituta a deputada Daniele do Vale, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 5.046/2025 - do deputado Chico Mendes - denomina de "Rodovia Engenheiro Dr. Guilherme Dantas Vilar", a Rodovia Estadual PB-262, em toda a sua extensão, e dá outras providências. O projeto de lei teve como relatora a deputada Silvia Benjamin, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 5.175/2025 - da deputada Silvia Benjamin - dispõe sobre a criação do relatório anual socioeconômico da primeira infância no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Matéria não apreciada por já ter sido aprovada no Plenário da Casa. Projeto de Lei nº 5.208/2025 - da deputada Cida Ramos - Dispõe sobre a presença de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no horário de atendimento ao público, em todas as agências bancárias do Estado da Paraíba. O projeto de lei teve como relatora substituta a deputada Daniele do Vale, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 5.213/2025 - do deputado Felipe Leitão - institui mecanismo de indenização automática para consumidores afetados por interrupções no fornecimento de energia elétrica no estado da Paraíba e dá outras providências. O projeto de lei teve como relator o deputado João Gonçalves, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Projeto de Lei nº 5.261/2025 - do deputado Luciano Cartaxo - dispõe sobre o reconhecimento legal da Feira do Oitzeiro como espaço cultural, artístico e de empreendedorismo no estado da Paraíba, institui diretrizes para seu apoio institucional e dá outras providências. Retirado de pauta; pedido de vistas do deputado João Gonçalves. Projeto de Lei nº 5.413/2025 - do deputado Dr. Taciano Diniz - fica incluída no calendário de eventos turístico e cultural do estado a Feira de Exposição de Animais realizada no município de Piancó, Paraíba. O projeto de lei teve como relatora substituta a deputada Camilla Toscano, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 5.526/2025 - do deputado Márcio Roberto - dispõe sobre a destinação dos recursos previstos no artigo 40, inciso I, da Lei nº 11.007/2017, que trata do Imposto sobre a





Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e dá outras providências. O projeto de lei teve como relatora substituta a deputada Daniele do Vale, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela inconstitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 5.552/2025 - do deputado Tanilson Soares - institui a semana estadual de conscientização e prevenção de doenças em animais domésticos idosos. O projeto de lei teve como relatora a deputada Daniele do Vale, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria, com emenda de redação. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 5.566/2025 - do deputado Branco Mendes - dispõe sobre o uso do cordão tulipa vermelha para garantir atendimento prioritário em estabelecimentos públicos e privados às pessoas com doença de Parkinson, no estado da Paraíba, e dá outras providências. O projeto de lei teve como relator o deputado João Gonçalves, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 5.585/2025 - do deputado George Moraes - reconhece como patrimônio histórico e cultural imaterial a Banda Duarte Machado do município de Santa Luzia-PB. O projeto de lei teve como relatora substituta a deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer pela constitucionalidade foi aprovado por unanimidade. Fim das matérias e das apreciações. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou os trabalhos; o inteiro teor da reunião foi gravado e filmado, e as notas taquigráficas, após decodificadas e revisadas, poderão ser consultadas na íntegra. A presente ata foi devidamente lavrada e, após aprovada, será assinada pelo presidente e encaminhada à publicação no Diário do Poder Legislativo da Paraíba. Sala das sessões, João Pessoa-PB, 11 de novembro de 2025.

Presidente